

1. Concepções de direita e de esquerda na prática política brasileira

No último dia 05 de outubro, encerrou-se o prazo para que todos que desejam disputar as eleições em 2014 estivessem filiados a um partido político. Por isso, houve, nesse período, um intenso movimento de filiações e a tentativa de se criarem três novos partidos: o Solidariedade (SDD) e o Partido Republicano da Ordem Social (PROS) foram reconhecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE); o terceiro deles, a Rede, não teve o mesmo sucesso, sob a justificativa de que os proponentes não teriam conseguido validar o número de assinaturas exigido pela lei eleitoral.

A análise das razões que levam um político eleito para um determinado cargo a abandonar seu partido de origem e se filiar a um outro mostra que raramente tal migração se dá por motivos ideológicos, mas por disputa de poder e busca de facilidades eleitorais.

São 32 partidos reconhecidos no Brasil. Essa multiplicidade partidária e a duvidosa fidelidade dos políticos eleitos aos programas de seus partidos têm levado a população a desconfiar da possibilidade de que tal político seja o legítimo representante dos interesses coletivos. Um clamor notabilizou as manifestações de junho e julho, declarando àqueles que detêm mandato eletivo que estes já não representavam os interesses do povo. Essa “crise da representação” consiste na desconfiança que o cidadão passa a nutrir em relação aos políticos eleitos, dado o descompasso entre a finalidade última da ação política (que deveria privilegiar a busca do bem comum) e as negocia-

ções e conchavos que os políticos fazem para conquistarem e se manterem no poder.

Essa desconfiança nos representantes esconde uma face perversa, na medida em que os cidadãos passam a supor que todos os políticos são iguais. O cidadão que tem menos acesso à reflexão crítica sobre política acaba incorrendo num reducionismo que iguala, no mal que fazem, todos os agentes públicos. Perde-se, nesse ato, a compreensão de mecanismos mais complexos que estão em ação. Uma observação mais atenta sugere uma constatação diversa: nem todos os partidos são iguais.

Dois estudos recentes mostram haver padrões no modo como se posicionam e votam os parlamentares brasileiros. Tais padrões exigem uma análise dos conceitos usados para classificar os políticos e seus partidos. Afinal, não é o modo como um partido se autodefine que realmente importa, mas sim o modo como se articulam seu discurso e sua prática política. Algo semelhante pode ser dito dos conceitos de direita, centro e esquerda.

As notícias que chegam ao cidadão por vezes produzem a sensação de que as fronteiras entre os oponentes do embate político são difusas ou estão mal traçadas. No entanto, uma boa compreensão do jogo político exige que se perceba, com maior nitidez, tal correlação de forças entre as diferentes concepções e grupos políticos que disputam espaço nas esferas de poder nos municípios, em cada estado e no País.

Oposição e situação no senado brasileiro

Um trabalho publicado, em setembro, pelo físico brasileiro Ricardo Marino, no *blog Todas as configurações*, faz um estudo sobre 36 votações realizadas no Senado, em 2012, e analisa o modo como votaram 75 senadores. Os detalhes sobre a metodologia utilizada podem ser consultados no referido blog. Faz-se aqui apenas a análise de algumas conclusões a que o trabalho conduz.

O estudo tem o mérito de demonstrar estatisticamente que, apesar da dispersão casuística das votações, há um padrão no modo como votam e se posicionam ideologicamente os senadores e seus partidos. Logo de início, essa constatação parece contrariar a crença comum de que o partido a que um político está filiado seria irrelevante.

O agrupamento dos senadores pelo modo como se posicionaram nas 36 votações em questão confirma a existência das categorias de oposição e situação definidas. Tende a haver uma coerência interna no modo como os senadores de um determinado partido votam, embora haja casos em que um senador vote de forma diversa da de seu partido. A coerência é maior entre os partidos governistas e menor entre os oposicionistas.

Além disso, enquanto os situacionistas votam em bloco, contra ou a favor de determinada questão, os senadores oposicionistas aparecem desunidos e menos coerentes em sua maneira de

votar, isto é, embora se declarem como oposição, em muitos casos votam como situacionistas. Outra constatação é a de que senadores que se colocam no campo da situação constituem maioria.

O resultado de tudo isso é que o poder executivo encontra, no Senado, um ambiente favorável e é comum que consiga, com relativa facilidade, a aprovação dos projetos de seu interesse.

Considerando essa relativa coerência no modo como votam os senadores, o estudo conclui que apenas três partidos se caracterizam como oposição: o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Democratas (DEM) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), sendo que este último possui apenas um senador.

O DEM vota sempre contra os interesses do governo. O PSDB mostra certa coerência interna na votação, mas com muitas exceções. Chamam a atenção o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido da República (PR) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), cujos senadores divergem muito na maneira como votam e não apresentam coerência interna, isto é, ora votam a favor do grupo governista ora contra.

Já o Partido dos Trabalhadores (PT) vota quase sempre em bloco e de acordo com os interesses do Poder Executivo. Isso corresponde exatamente às expectativas, já que este é o partido a que pertence à presidente Dilma Rousseff.

Centro, direita e esquerda: um estudo sobre deputados brasileiros

Uma pesquisa a ser publicada pelo Centro de Estudos Legislativos da UFMG procura mapear o alinhamento ideológico de deputados federais e estaduais, a partir das opiniões manifestadas por eles sobre temas como o papel do Estado, a reforma política e assuntos polêmicos como a união homoafetiva, o aborto etc. Os parlamentares também foram estimulados a definir a si mesmos, a seus colegas de legislativo e a seus próprios partidos como de centro, de direita ou de esquerda. Duas pesquisas de opinião foram realizadas com os deputados federais, em 2005 e em 2010. Também deputados estaduais de doze Assembleias Legislativas foram ouvidos em 2007 e, novamente, em 2012.

Nessa pesquisa, os termos direita, esquerda e centro são definidos a partir da maneira como os deputados percebem o papel do Estado, das instituições e dos movimentos sociais. Afirmam-se como esquerda aqueles que defendem maior participação do Estado na regulação da economia, dos serviços públicos e na elaboração de políticas públicas que visem à diminuição das desigualdades sociais. À direita estão aqueles que entendem que o mercado deve ser autorregulado, com pouca intervenção estatal.

Nessa discussão, há um alinhamento ideológico bastante definido entre os deputados, segundo relato dos pesquisadores responsáveis por esse estudo. Partidos que se autodeclaram como de esquerda costumam defender maior intervenção do Estado nas relações

econômicas e na vida social. É o caso do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e do PDT. Do outro lado desse espectro, estão o DEM e o Partido Progressista (PP) que entendem o mercado como um sistema com leis próprias que dispensaria a intervenção regulatória do poder público. Além disso, esses dois partidos propõem que as políticas implementadas pelo Estado sigam o modelo da iniciativa privada. Os deputados do Partido Socialista Brasileiro (PSB) se autodeclaram como centro-esquerda. A maioria dos parlamentares filiados ao Partido Popular Socialista (PPS), ao PSDB e ao PMDB se consideram como centro. Por fim, apresentam-se como centro-direita os deputados do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Essa mesma pluralidade se manifesta, ainda que com menor intensidade, quando está em questão a maneira como os deputados concebem valores comportamentais. Na referida pesquisa, são considerados de esquerda posições favoráveis à união civil entre pessoas do mesmo sexo, à descriminalização do uso de drogas, à legalização do aborto, à proibição da venda de armas de fogo. Colocam-se à direita aqueles que, nesses temas e em outros semelhantes, manifestam opiniões mais conservadoras e defendem propostas como a pena de morte e a redução da maioria penal.

Observa-se que, na base governista, encontram-se desde os partidos que se autodeclaram como de esquerda (é o caso do PC do B), passando por parti-

dos de centro, e alcançando até mesmo o PP, partido que se caracteriza como direita. Isso seria uma explicação para a dificuldade do Governo Dilma para ver aprovadas mudanças no campo dos assuntos polêmicos citados e de outras propostas também intensamente debatidas, como é o caso da reforma política. Esse último tema – a reforma política – é um dos mais controversos entre os deputados e seus partidos e há propostas diversas e contraditórias que transitam entre todos os campos, da esquerda à direita, indiferenciadamente.

Para os pesquisadores, o estudo sugere haver uma estabilidade na percepção que os deputados têm da ideologia que eles e seus partidos seguem. Nos levantamentos realizados, os deputados colocam a si mesmos e a seus partidos na mesma linha ideológica. De acordo com essa lógica, um parlamentar que diz ser de direita tende a achar

que o partido ao qual está filiado é, igualmente, de direita.

Analisando globalmente, a pesquisa aponta uma convergência ao centro. A julgar pelo modo como os deputados definem a si mesmos, a Câmara se configura majoritariamente como de centro-esquerda. A esquerda – força política frequentemente associada à resistência e aos movimentos populares – segue sendo minoritária. Também constituem minoria aqueles que se declaram de direita, termo que costuma ser associado ao conservadorismo e a forças reacionárias ou antidemocráticas.

A tendência de que predomine essa centralização identitária se verifica também em outras democracias. Esse fenômeno parece estar associado ao fato de que, na política, costuma-se abrir mão de pontos de vista extremos em favor de uma negociação que contemple, tanto quanto possível, as partes que disputam uma dada questão.

Legislativo brasileiro é o mais fragmentado do mundo

Um levantamento realizado pelo jornal Valor Econômico e pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) mostra a distribuição de poder na Câmara depois que 70 deputados trocaram de legenda no início do mês de outubro.

Considerando números absolutos, houve até mesmo uma redução dos partidos que compõem a Câmara, já que quatro partidos menores perderam os cinco deputados que tinham conquistado na eleição de 2010. O Partido Ecológico Nacional (PEN), o Partido Humanista da Solidariedade (PHS), o Partido Social Liberal (PSL) e o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB)

perderam seus assentos na Câmara por causa da troca de legendas feita pelos deputados. Ao mesmo tempo, surgiram, no entanto, dois partidos novos, com um grande número de deputados recém-filiados: o PROS, com 21 parlamentares, e o Solidariedade, com 23. Portanto, dos 23 partidos que havia na Câmara antes da migração de outubro, restam hoje 21.

Contudo, o levantamento em questão não considera o número de siglas, mas sim o peso relativo dos partidos, em função do tamanho de suas bancadas. Por exemplo, o índice dos Estados Unidos é 1,97. Esse número deveria ser igual a 2, caso se levassem em conside-

ração os partidos que ocupam o Congresso naquele país (Democratas e Republicanos). No entanto, o índice 1,97 expressa a hegemonia que o Partido Republicano conquistou sobre os Democratas nas eleições de 2010.

Com a aplicação de uma fórmula criada na década de 1970 e reconhecida internacionalmente, o estudo aponta a existência de 11,5 partidos efetivos na Câmara Federal. Esse índice coloca o Legislativo brasileiro no topo da lista dos parlamentos mais fragmentados no mundo todo. A comparação por meio da qual se faz essa lista é feita com uma base de dados que contém informações de mais de novecentas eleições, realizadas em mais de cem países. O estudo constata ainda que tal fragmentação parlamentar brasileira cresceu 62% nos últimos 15 anos.

O Brasil não é o único país do mundo a ter tantos partidos, mas se distingue pela facilidade com que um partido, mesmo sem expressão nacional, consegue acesso ao Congresso. Não há a exigência de que um partido político alcance um percentual mínimo dos votos válidos para que possa ocupar uma vaga na Câmara dos Deputados. Uma cláusula de barreira deveria ter vigorado a partir da legislatura de 2007. O

Supremo Tribunal Federal (STF), no entanto, derrubou essa exigência.

O resultado disso é a multiplicidade de legendas, com diferenças ideológicas e programáticas mínimas ou quase inexistentes. Dessa forma, alguns partidos, sem qualquer densidade política e tendo apenas finalidades eleitoreiras, se reduzem à função de hospedar candidatos.

Os autores do estudo consideram que essa situação traz também vantagens no caso brasileiro. A Constituição confere ao presidente da República muitos poderes, como o de governar (e, na prática, também de legislar) por meio de medidas provisórias. Por isso, segundo o ponto de vista desses estudiosos, a fragmentação partidária acabaria por constituir um contrapeso ou uma limitação dos poderes do Executivo, que se vê obrigado a negociar com esses partidos para aprovação de projetos e leis. O presidente não depende apenas de um partido, mas de vários. A face negativa dessa condição é que a distribuição de cargos e recursos e a multiplicação de ministérios – no Governo Dilma, são 39 – se tornam necessárias para ajustar interesses tão diversificados.

2. Os parlamentares mineiros e a infidelidade partidária

Houve uma significativa movimentação dos parlamentares que trocaram de legenda para disputarem a eleição de 2014. Em Minas, até o presidente da Assembleia, Diniz Pinheiro, deixou seu partido, o PSDB, indo para o PP, tendo

em vista um reposicionamento para a disputa do governo do estado. Na Câmara de Belo Horizonte, destaca-se, das três migrações entre legendas, o caso do PSDB que ficou com apenas um

vereador e perdeu os outros dois eleitos em 2012.

Encerrado o prazo legal para as transferências, constata-se que, no estado de Minas Gerais, quatro deputados federais e oito deputados estaduais mudaram de partido. Em todo o Brasil, dos 513 deputados federais, 67 mudaram de legenda, sendo que 44 deles foram para os partidos criados no final do mês de setembro – o Solidariedade (SDD) recebeu 23 deputados; o Partido Republicano da Ordem Social (PROS) recebeu 21. Também dois senadores mudaram de partido. Além disso, dos 1059 deputados estaduais que atuam em todo o país, houve 148 parlamentares que trocaram de legenda.

Tais mudanças, na maioria dos casos, visam à obtenção de facilidades pelo parlamentar na disputa eleitoral, como a redução do número de votos necessários para a eleição ou reeleição no novo partido. Há casos também em que a mudança implica um rearranjo de forças, com o objetivo de encontrar maior espaço político na nova legenda. É frequente ouvir, como alegação principal para fazer a mudança, a divergência com a direção regional do partido. Na Câmara Municipal da Capital, há ainda um outro fenômeno em andamento: dos 41 vereadores, 17 devem abandonar o mandato se forem eleitos como deputados estaduais ou federais. Seja como for, não parece haver nenhum projeto político, em sentido estrito, nessas trocas.

Por outro lado, está em jogo, nessa mudança de partido, o acesso aos R\$ 360 milhões do Fundo Partidário, movimentados apenas em 2013. Trata-se da principal receita, proveniente de verba pública, que financia a estrutura partidária e as campanhas dos candida-

tos. Esse fundo se constitui de recursos reservados para tal fim no orçamento da União e de multas arrecadadas pela Justiça Eleitoral. Em 2012, todos os partidos participaram do rateio de R\$ 350 milhões. Cada legenda recebe uma parte dessa verba (95%), de forma proporcional ao número de votos que os candidatos a deputado federal pelo partido obtiveram na eleição anterior. Atualmente, a referência é a eleição ocorrida em 2010. O restante do Fundo (5%) é distribuído igualmente entre todos os partidos.

Os dois novos partidos, que – em meio a suspeitas de fraudes na coleta das assinaturas de apoiadores – foram aprovados pelo TSE, já pediram à Justiça a liberação de R\$ 14,3 milhões em recursos públicos do Fundo Partidário. Esse dinheiro antes era destinado aos partidos onde, originalmente, se encontravam filiados os parlamentares agora associados às duas novas legendas. Portanto, um partido perde não somente em visibilidade e representação política quando um deputado migra para outra sigla. Perde também proporcionalmente o aporte financeiro do Fundo Partidário. Evidentemente, em sentido inverso, ao atrair um novo deputado, um partido tem muito a ganhar.

A partir do início de 2014, o PROS deve começar a receber os R\$ 6 milhões anuais a que tem direito. O SDD conquistou o direito de receber um montante anual de R\$ 8,3 milhões. As sucessivas intervenções do Supremo Tribunal Federal (STF) no sistema eleitoral do país garantiram a esses partidos o acesso ao referido Fundo, sem que jamais eles tenham disputado diretamente qualquer eleição e, portanto,

sem estarem legitimados pelo voto popular.

Para atrair os deputados, essas novas legendas ofereceram a eles o controle do partido no estado de origem do parlamentar e a destinação, para os diretórios estaduais, de uma parte do Fundo Partidário que a sigla vier a receber. Segundo notícias divulgadas na mídia, esse repasse oscilaria em torno de R\$ 3,50 por voto recebido pelo congressista. É um bom exemplo dessa situação um determinado deputado federal por Minas Gerais, que acaba de se transferir para o PROS. Antes estava no Partido Social Democrata (PSD). Depois de vinte anos de sua trajetória política, o PROS é o seu sexto partido. O deputado aqui em questão defende que a direção nacional de seu novo partido retenha 40% da verba e repasse aos diretórios estaduais os restantes 60%.

A mercantilização das trocas partidárias conta ainda com uma outra moeda: o tempo das campanhas no rádio e na televisão. De acordo com a lei eleitoral, o cálculo de dois terços do tempo de televisão dos candidatos deve ter como referência o tamanho das bancadas na Câmara de todos os partidos que compõem cada coligação concorrente. O terço restante é distribuído igualmente entre todos os candidatos que estão disputando a eleição.

Para evitar que esse tempo se tornasse moeda de troca, a lei eleitoral definia, originalmente, que esse cálculo seria proporcional à bancada que fora conquistada na última eleição. Se se mantivesse esse desenho, deveria ser considerada, para a próxima eleição de 2014, os resultados obtidos pelos partidos em 2010. No entanto, em 2011, foi criado o PSD e essa nova legenda

pediu à Justiça Eleitoral e ao Supremo Tribunal Federal que sua bancada – formada por políticos que tinham acabado de migrar de outras legendas – fosse considerada na distribuição do tempo. O Supremo atendeu o pedido do PSD. Com isso, partidos criados após as eleições podem ter acesso aos dois terços do tempo de propaganda, com base na representação dos deputados que conseguiram conquistar.

Portanto, prevalece, no Brasil, uma espécie de “portabilidade” dos mandatos. Quando um político deixa um partido, leva consigo uma parcela do Fundo Partidário e uma parte do tempo destinado à propaganda eleitoral. Com pouca diferença programática e reduzida representatividade, os partidos políticos acabam se transformando em negócio.

No entanto, a responsabilidade por esse quadro não cabe apenas ao Supremo. Há alguns meses, começou a tramitar no Congresso um projeto de lei que impedia a portabilidade de mandatos e de tempo na TV. Houve uma forte censura da imprensa e dos analistas políticos que atribuíram esse projeto ao interesse do PT e do PMDB de evitar a candidatura de Marina Silva (PSB). A tramitação do projeto acabou interrompida por uma liminar do Ministro Gilmar Mendes.

Em princípio, as regras eleitorais vedam essa mobilidade partidária. Quem troca de partido poderia ser punido com a perda do mandato. No entanto, a lei permite a mudança quando o político migra para um partido novo, como ocorreu com o PROS e o SDD. É permitido o trânsito entre legendas também quando o partido faz uma mudança substancial em seu programa ou dele se desvia reiteradamente. Por fim,

permite-se a transferência para outro partido, quando o político consegue provar que foi vítima de discriminação pessoal no partido pelo qual foi eleito.

Fora desses casos, o político infiel poderia perder o mandato, mas para isso o próprio partido, o suplente do cargo em questão ou o Ministério Público deveriam requerer na Justiça a devolução do mandato. Na prática, não é comum que isso ocorra. Mesmo quando há risco de ser cobrado na Justiça, há políticos que preferem arriscar, confiando-se à demora do Poder Judiciário. Geralmente a solução do caso não sai antes do fim do mandato. Em situações assim, a resposta judicial, quando vem, já chega tarde demais.

O caso dos vereadores que deixaram o PSDB em Belo Horizonte é emblemático. Houve quem cogitasse, dentro desse partido, a recuperação judicial

dos mandatos. Afinal, a perda de dois vereadores enfraqueceu a legenda no Município. No entanto, o presidente estadual do PSDB, deputado federal Marcus Pestana, tratou de convencer a executiva nacional de que tal medida não seria conveniente. Caso fossem pedidos de volta os mandatos dos vereadores infiéis, seria coerente requerer também a vaga na Assembleia Legislativa deixada pelo deputado Dinis Pinheiro, agora no PP. Contudo, a migração de Dinis interessa à tática de alianças eleitorais que o PSDB pretende fazer para fortalecer sua disputa ao governo de Minas.

Portanto, tudo deve ficar como está. A mobilidade dos políticos entre as legendas corresponde a interesses demais para ser questionada, já que há muitos que se beneficiam com a atual ordem das coisas.

3. As eleições de 2014 em Minas Gerais

O mês de outubro começou com a união entre Marina Silva (PSB) e Eduardo Campos (PSB), após o fracasso de Marina em sua tentativa de criação da Rede, com a qual pretendia concorrer à presidência da República. Esse fato trouxe novas indefinições para o quadro das disputas eleitorais no estado de Minas Gerais que já era incerto. Embora as candidaturas tenham começado a ganhar corpo ao longo desse mês, o cenário ainda não é totalmente claro. Muitas decisões estão para ser tomadas internamente pelos partidos. Ainda mais confuso é o quadro das coligações que serão feitas entre os aliados potenciais. Isso atinge todos os partidos, inclusive no campo do PT, onde se tem como certa a candidatura a governa-

dor, de Fernando Pimentel, ministro de desenvolvimento, indústria e comércio exterior.

No campo do PSDB, parece que a chapa está mais ou menos definida. Uma reunião dos deputados estaduais do partido, ocorrida no último dia de outubro, com a participação de lideranças dos partidos da base governista, demarcou o apoio ao ex-ministro Pimenta da Veiga (PSDB) e ao presidente da Assembleia Legislativa, Dinis Pinheiro (PP), pré-candidatos, respectivamente, a governador e a vice. Além dos partidos que compõem a chapa (PSDB e PP), estiveram presentes também o PDT e o Partido Verde (PV). A candidatura será apresentada, oficialmente, apenas em abril de 2014. No entanto,

esse evento aumenta a pressão para que os nomes sejam definidos de imediato.

É esperado agora que o senador Aécio Neves (PSDB) faça o anúncio público da escolha de Pimenta da Veiga para que se dê início à campanha.

Contudo, as negociações não parecem de todo encerradas. O outro potencial pré-candidato do PSDB a governador, o presidente do partido, deputado Marcus Pestana, não participou do referido encontro. Também a presença de Dinis como vice da chapa, ao que parece, ainda é objeto de discussão. Para firmá-lo na chapa, o PSDB teria que negociar com o atual vice-governador, Alberto Pinto Coelho, que também visa ao cargo. Foi noticiado pela imprensa que ele seria compensado pela perda dessa candidatura, assumindo o Governo após a desincompatibilização de Anastasia, além de receber – se a chapa do PSDB for eleita – a presidência da Cemig ou de outra empresa igualmente relevante. O pagamento pelo apoio do DEM e do PR, ao que parece, também será feito por meio do loteamento, no novo governo, de secretarias consideradas importantes.

Outra definição ainda pendente é a candidatura do PSDB ao Senado. Há pressão sobre o Governador Antônio Augusto Anastasia. Este tem estado resistente à ideia de ser o candidato do PSDB ao senado, embora suas declarações recentes já deixem entrever a possibilidade de que ele aceite o convite. Fala-se, contudo, que ganhando a eleição, ele não cumpriria o mandato todo. Por isso, há uma disputa entre os aliados pela primeira suplência no Senado. O PSDB ofereceu a vaga de suplente ao

PSD, mas PR e PPS também estão na disputa.

Um outro assunto ainda em discussão é a formação de coligação para as candidaturas à Câmara Federal e ao legislativo estadual. Existe a possibilidade de os partidos concorrerem separadamente ou coligados.

Para o PSDB, é importante estabelecer aliança com os partidos já citados e também com o DEM para garantir maior tempo de propaganda na televisão e no rádio. Com o mesmo objetivo, também o PSD tem sido assediado. (O apoio desse partido é disputado também pelo PT.)

O PMDB também está cercado de indefinições. O empresário Josué Gomes da Silva, disputado por vários partidos, acabou filiando-se recentemente ao PMDB – decisão apadrinhada pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) e apoiada por Michel Temer, vice-presidente da República e presidente nacional licenciado do PMDB. Na época dessa filiação, houve quem afirmasse que Josué seria o candidato do PMDB, apoiado por Lula, tendo o PT como vice. As negociações se mostraram mais complexas e acabaram tomando outros rumos. Michel Temer (PMDB) defendeu publicamente que, nos estados, seu partido lance candidatura própria e, apenas quando necessário, faça coligação com o PT.

Na primeira semana de novembro, foi realizado um evento, em Belo Horizonte, com a presença do presidente nacional do PMDB para apresentar os novos filiados à imprensa. Josué aparece, nesse evento, como um personagem de destaque. Tanto pode compor uma chapa de aliança com outro partido como pode ele próprio ser o candidato do PMDB ao governo de Minas.

No entanto, o PMDB tem também um outro pré-candidato, o senador Clésio Andrade. As inserções publicitárias, que, em novembro, o partido fará em rádio e televisão em todo o estado de Minas Gerais, devem focar o trabalho feito pelo senador no Legislativo. Circula a informação de que, dentro de seu partido, Andrade contaria com o apoio de oitocentos diretórios municipais. Tal capilaridade será muito importante para que ele consiga ganhar a convenção partidária que deverá acontecer em junho de 2014 e que, em última análise, é a instância responsável pela indicação dos candidatos na próxima eleição.

Josué Gomes da Silva e Clésio Andrade devem se unir a deputados estaduais e federais do partido em caravanas pelo interior do estado, como atividade de campanha, nos próximos meses. Ambos começam a aparecer como a chapa do PMDB para disputar, sem coligações, o governo do estado. Houve também declarações de que Andrade disputaria o Palácio da Liberdade e Josué concorreria ao Senado. Deve-se considerar, entretanto, que há outros nomes na disputa, como o Ministro da Agricultura e presidente licenciado do PMDB mineiro, Antonio Andrade, que também é cotado para ser candidato a vice-governador na chapa com Pimentel (PT).

No entanto, não está totalmente afastada a possibilidade de uma coligação entre PMDB e PT, embora as notícias que circulam na mídia a esse respeito sejam contraditórias e inconclusivas. Essa hipótese, todavia, dependeria de intensa negociação. O PT esperava que o PMDB aderisse à candidatura de Fernando Pimentel. O PMDB, porém, mostra disposição para apoiar (ou ser

apoiado por) outro partido apenas no caso de ocorrer segundo turno. Uma aliança já no primeiro turno viria a acontecer apenas se houvesse uma negociação nacional entre os dois partidos. Nesse caso, o PMDB exigiria ocupar as vagas de vice-governador e senador. A julgar por declarações feitas na imprensa, pode-se afirmar que o PT aceitaria tal exigência.

Além do que está acontecendo em Minas, o PT e o PMDB têm encontrado dificuldade para replicar a aliança nacional em outros dez estados. No início do próximo ano, os diretórios do PMDB poderão fazer convenções que, eventualmente, podem até mesmo inviabilizar a candidatura de Michel Temer (PMDB) à reeleição como vice-presidente do País, ao lado da Presidente Dilma Rousseff (PT).

Não se pode dizer, ainda, como vai se comportar o PSB que, agora, abriga a Rede. Isso representa, possivelmente, a agregação de uma nova força para o partido, mas também novas disputas por espaço e poder terão de ser rearranjadas. Como por enquanto Márcio Lacerda (PSB), prefeito da Capital, não decidiu se candidatar ao governo do Estado, o PSB poderia indicar Alexandre Kalil para vice-governador na chapa do PSDB. No entanto, como já dito acima, há uma probabilidade razoável de que essa vaga seja ocupada pelo presidente da Assembleia Legislativa, Dinis Pinheiro (PP). Kalil poderia concorrer ao Senado, mas, para essa vaga, o PSDB deve indicar o atual governador, Antonio Anastasia, que, em todos os cenários simulados pela pesquisa do EMDa-ta/Ufla/MDA, aparece próximo de sessenta por cento das intenções de voto. A possibilidade de uma aliança do PSB

com o PSDB começa a encontrar, portanto, consideráveis dificuldades.

Há, ainda uma outra possibilidade que pode tornar tensa a decisão dentro do PSB. Em entrevista a um jornal da Capital, o ex-deputado federal, candidato a governador pelo PV em 2010 e liderança da Rede em Minas, José Fernando Aparecido de Oliveira, disse que ainda é cedo para decidir quem será o candidato pelo PSB-Rede ao cargo de governador. No entanto, afirmou que seu nome é uma possibilidade como representante da Rede. Perguntado diretamente se seria candidato, José Fernando mudou de assunto. Seja como for, o PSB, em Minas Gerais, não colhe sem conflitos os benefícios de sua união com a Rede.

É digno de nota a situação em que se encontra a relação do PSB com o PT em Belo Horizonte. Recentemente, depois que o governador de Pernambuco, Eduardo Campos, declarou sua candidatura à Presidência, o PSB entregou os cargos que ocupava no governo federal, controlado pelo PT da Presidente Dilma. Também os petistas se retiraram do governo de Campos, no Pernambuco, embora o PT daquele estado tenha dito que sua saída do Governo não implicará tornar-se oposição sistemática ao referido governo. No Rio Grande do Sul, os filiados ao PSB deixaram o governo de Tarso Genro (PT), seguindo o movimento feito pelo PSB junto ao governo federal. A exceção é a permanência do PT em cargos do governo de Márcio Lacerda (PSB) em Belo Horizonte.

A separação entre PSB e PT, aliás, começou na capital mineira. A ruptura aconteceu, em 2012, por ocasião da campanha que culminou na reeleição de Lacerda. Os petistas não aceitaram a

presença do PSDB, com cujo apoio Lacerda também contava. O PT acabou perdendo a eleição. Apesar de toda a disputa que tem existido entre os dois partidos, foi divulgado pela imprensa local que filiados ao Partido dos Trabalhadores continuam ocupando cargos do governo municipal, na Secretaria de Educação e na Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTRANS).

O PSD tem sido assediado tanto pelo PSDB como pelo PT para que venha a apoiar a candidatura de um desses partidos. Pimentel (PT) chegou a oferecer ao PSD a possibilidade de indicar um candidato a uma vaga majoritária na sua chapa, isto é, ao cargo de vice-governador ou de senador. Seja qual for o lado que o PSD escolher, deve exigir também que haja coligação na disputa para deputados federais e estaduais.

Um mercantilismo semelhante se verifica no caso do PDT e do PC do B. Ambos estão atualmente na base de apoio ao governo de Antonio Anastasia (PSDB). No entanto, declarações feitas, na imprensa, por deputados de ambos os partidos dão a entender que podem passar para o outro lado, caso recebam propostas melhores do que as conquistadas junto ao PSDB. Ficou claro que o apoio que esses partidos oferecem não carrega nenhum compromisso ideológico. Eles estabelecem um preço, cuja moeda corrente declarada são o maior espaço e mais poder dentro dos governos que apoiam.

O custo do apoio do PDT ao Governo Anastasia foi a Secretaria do Trabalho e Emprego. Como o secretário Zé Silva migrou para o PROS, o PDT ficou sem sua fatia no executivo estadual e pretende requerer, do governador, um reposicionamento no governo.

O PC do B deixou o bloco de oposição ao governo de Minas em troca de espaço em comissões da Assembleia Legislativa (a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e a Comissão de Assuntos da Copa do Mundo). Este último partido pode debandar do governo para o bloco opositor, desde que consiga permanecer nessas instâncias do parlamento estadual.

Tampouco o PDT se definiu quanto ao lado em que ficará em Minas. Há uma tendência a que o partido decida pelo apoio a uma das três candidaturas à presidência da República e que, nos estados, os diretórios fiquem livres para aliar-se ao candidato de qualquer partido, segundo sua conveniência, sem obrigatoriedade de repetir o apoio dado nacionalmente.

4. Reestruturação urbana em Belo Horizonte

Em Belo Horizonte, a última quinzena de outubro foi tomada pela discussão de uma proposta de adensamento urbano apresentado pela gestão de Márcio Lacerda (PSB). Tal projeto designado como “operação urbana consorciada” (OUC) prevê um conjunto de intervenções em torno das avenidas Antônio Carlos e Pedro I, atingindo desde a região da Pampulha até o Centro; e o corredor formado pelas avenidas Tereza Cristina e Andradas, se estendendo do bairro Calafate ao Horto. Se aprovada, a operação deverá ser implementada já a partir do próximo ano e deverá ordenar a ocupação das áreas citadas ao longo das próximas décadas.

Essas grandes avenidas já possuem estrutura de deslocamento e de serviços e uma ocupação planejada deve servir, supostamente, para distribuir as funções que hoje são oferecidas apenas no centro da cidade. A área, dividida em dez setores, atinge, ao todo, 58 bairros. Corresponde a 25 Km², o que equivale a 7,5% do território do município.

O coeficiente de aproveitamento máximo nessas regiões é de 3,4 e poderá chegar a seis. Em uma área com coe-

ficiente de aproveitamento seis, é possível fazer uma construção de até seis vezes a área do terreno. Construções baixas destinadas a uma só família ou a um só negócio serão demolidas para dar lugar a edifícios, de modo que muito mais pessoas possam viver e trabalhar nessas áreas.

A proposta prevê que o município permita à iniciativa privada fazer edificações mais altas e com área construída maior desde que as construtoras se disponham a pagar pelos “certificados de potencial adicional de construção” (CEPACS), vendidos pela Prefeitura. Segundo informações divulgadas na imprensa local, o município espera arrecadar aproximadamente R\$ 4 bilhões, sendo que R\$ 2,7 bilhões serão investidos em 189 obras, entre parques, praças, escolas e centros de saúde. Entre outras obras, também serão construídos, com esse dinheiro, 268 quilômetros de ruas e calçadas, além de passarelas e ciclovias.

Segundo a Prefeitura, o projeto propõe também a construção de moradias para pessoas de baixa renda que forem removidas nas intervenções da Operação Urbana Consorciada. Estão previstos ainda equipamentos de saúde, se-

gurança e educação. Além disso, aproximadamente R\$ 20 milhões serão gastos com a revitalização do patrimônio histórico da cidade.

Em entrevista a uma emissora de televisão, Márcio Lacerda apresenta o projeto, dizendo que não deve se repetir o “adensamento agressivo” provocado pela verticalização feita em bairros como o Belvedere ou o Buritis, que o prefeito definiu como “paliteiros”. Ele defende um adensamento regulamentado por lei e planejado, de modo que se consiga combinar desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida. Propõe-se a criação de novos centros de serviço e locais de trabalho em torno de eixos viários que permitam o deslocamento de pessoas. Esses corredores receberão investimentos de modo a melhorar também seu aspecto urbanístico.

O Executivo municipal demonstrou um exagerado entusiasmo ao definir esse projeto como a construção de uma “nova BH”. A proposta foi apresentada aos vereadores e a entidades como o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL).

No mês de outubro, ocorreram também reuniões para discussão desse projeto com representantes de associações de bairros. Entre esses represen-

tantes, há uma preocupação com o pouco tempo que resta para o debate. Conforme a proposta da Prefeitura, o projeto deveria ter sido apresentado ao Conselho Municipal de Política Urbana ainda no mês de outubro, de modo que seguisse para apreciação na Câmara Municipal já no mês de novembro. Há, portanto, um reduzido tempo para conhecer e discutir a proposta. Lideranças reclamam que uma única reunião com cada região atingida é insuficiente para tratar de um projeto tão extenso e que terá consequências sobre tantos moradores e demais pessoas que circulam nessas regiões. Os líderes comunitários expressaram também o temor de que o adensamento populacional implique uma intensificação do tráfego de veículos na região.

Outro motivo de apreensão que tem sido suscitado pelas “ocupações urbanas consorciadas” é que projetos como esse costumam ser ameaçados pelo *lobby*, de construtoras e do setor imobiliário, que passará a atuar sobre os vereadores. Há risco de que haja pressão, por parte dos que se beneficiariam com a especulação imobiliária, tentando converter, à atividade comercial, vias e bairros hoje destinados ao uso residencial. Regiões que não deveriam ter coeficiente para verticalização também podem ter seu caráter alterado para atender a semelhantes interesses especulativos.

A polêmica do Centro Administrativo municipal no bairro Lagoinha

A gestão de Márcio Lacerda já vem enfrentando resistência dos moradores dos Bairros Lagoinha e Bonfim que têm protestado contra a construção de um centro administrativo da prefeitura

nesse local. A Lagoinha havia sido escolhida em razão de sua localização próxima ao centro, a facilidade do acesso e a necessidade de uma revitalização do bairro. Por meio de um decreto publi-

cado em 28 de junho, vinte imóveis foram destinados à desapropriação, numa área total de catorze mil metros quadrados.

Vereadores da oposição e lideranças dos moradores se queixam da falta de diálogo da Prefeitura. Dizem ter ficado sabendo pela imprensa que o executivo municipal pretendia se mudar para a região. Afirmam também terem sido pegos de surpresa pelo decreto de desapropriação. No início do mês, o vice-prefeito Délio Malheiros (PV) declarou que os moradores da Lagoinha “têm que levantar a mão para o céu”, visto que o empreendimento valorizará os imóveis e atrairá serviços para a região. Segundo lideranças do Movimento Lagoinha Viva, porém, o bairro é antigo e não tem condições de receber uma

construção do tamanho proposto pela Prefeitura, sem sofrer descaracterização.

No final de outubro, circularam notícias de que a Prefeitura poderia desistir de construir o Centro Administrativo na região e que estaria avaliando outras áreas. Representantes dos moradores da Lagoinha afirmam que Márcio Lacerda teria prometido a criação de uma Área de Diretrizes Especiais (ADE) que protegeria o bairro da verticalização causada pela Ocupação Urbana Consorciada. Segundo um jornal da cidade, essa informação não teria sido confirmada pela assessoria de imprensa da Prefeitura. Se a construção ocorresse como planejado, custaria em torno de R\$ 300 milhões e estaria pronta em quatro anos.

5. Julgamentos agrários

Contextus apresentou, em seu primeiro número, uma análise de conflitos por terra e condições de trabalho na agricultura, que fizeram parte do cenário político mineiro nos meses de agosto e setembro. Em outubro, dois acontecimentos relacionados a esse tema ganharam as páginas dos jornais.

O primeiro deles diz respeito ao julgamento da chamada *chacina de Felisburgo*. O fazendeiro responsabilizado pelo crime foi condenado a 115 anos de prisão pelo assassinato de cinco trabalhadores rurais sem-terra, por oito tentativas de homicídio, por formação de quadrilha e por haver incendiado o acampamento Terra Prometida, no mês de novembro de 2004. Um capataz, que agiu a mando do fazendeiro, também foi condenado pelos mesmos crimes a 97 anos e seis meses de reclusão. No

entanto, beneficiando-se de uma liminar do Superior Tribunal de Justiça (STJ), os condenados saíram em liberdade. Haverá recursos tanto da promotoria como da defesa. A estratégia da defesa foi afirmar que o assassinato teria ocorrido em legítima defesa. O fazendeiro teria reagido a um ataque de foice e iniciado o tiroteio. A defesa argumentou também que o Estado teria sido o grande responsável pelo conflito que acabou em tragédia. Dois acusados pelos crimes conseguiram o desmembramento do júri e serão julgados no início do próximo ano.

Outro assunto correlato discutido no número anterior de *Contextus* foi o julgamento da Chacina de Unaí. Depois da condenação dos três executores diretos, um acusado de ser mandante do crime conseguiu adiar o julgamento

por meio de uma liminar expedida pelo Supremo Tribunal Federal. A defesa pede que o julgamento seja transferido para a Comarca de Unaí, onde ocorreu o crime, mediante o argumento de que estaria havendo conflitos de competência e cerceamento da defesa. Tem-se a realização do julgamento em Unaí, pois os jurados poderiam ser influenciados pelo poder econômico e político dos réus. Trata-se de dois fazendeiros, grandes produtores agrícolas. Ambos são irmãos e um deles foi prefeito da cidade por dois mandatos consecutivos.

Quatro ministros do Supremo analisam o recurso do réu. Marco Aurélio

Mello concordou com a mudança do julgamento para Unaí. Rosa Weber votou a favor da continuidade do julgamento em Belo Horizonte. Havendo empate, prevalece o desejo do réu. Devem votar ainda os ministros Luiz Fux e Dias Toffoli. Basta que um deles concorde com o pedido do réu para que o julgamento, ainda sem data marcada, aconteça em Unaí. Luiz Fux pediu vistas aos autos, sem prazo definido para a devolução do processo. Há expectativa de que isso aconteça até janeiro de 2014.

6. A CNBB e a Reforma Política

Outro tema discutido pelo primeiro número de *Contextus* foi a *Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas*, da qual a CNBB vem participando ativamente, por meio da *Comissão para Acompanhamento da Reforma Política*, presidida pelo Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte, Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães.

No início de novembro, o Secretário Geral da CNBB, Dom Leonardo Steiner, enviou a todos os bispos do país uma *Carta sobre o Projeto de Lei de Iniciativa Popular pela Reforma Política*, clamando todas as dioceses a participarem dessa “campanha pelo aperfeiçoamento da democracia”.

A *carta*, assinada por Dom Joaquim Mol, pode ser consultada, integralmente, no *site* da CNBB, no *site* da Arquidiocese de Belo Horizonte e no *blog* do NESP. Nela se resume o processo de

formação da Coalizão e as negociações feitas para que o Projeto entrasse em votação no Congresso Nacional antes do dia 05 de outubro, prazo máximo para se efetuar qualquer mudança que pudesse incidir sobre as eleições de 2014. Segundo o documento, a Reforma não foi colocada em votação, apesar das promessas que haviam sido feitas pelo presidente da Câmara dos Deputados.

Frente à impossibilidade de prosseguir nas tentativas de encaminhar a proposta da Coalizão por meio do Congresso Nacional, o documento faz duas importantes constatações. Primeiramente, não se faz reforma política no Brasil porque “os congressistas não têm interesse” em realizar tal reestruturação, embora haja, entre os parlamentares, também aqueles que realmente se empenham para ela aconteça. A segunda constatação diz respeito ao fato

de que nem toda a mídia se mostrou comprometida com a realização da reforma. Vários veículos de comunicação, mesmo tendo acompanhado a intensa movimentação que ocorreu em setembro, mantiveram silêncio e não deram publicidade à iniciativa.

As propostas de mudança defendidas pela CNBB e pelas entidades que compõem a Coalizão foram apresentadas no número anterior de *Contextus*. Visam a aperfeiçoar a relação entre a democracia direta e a democracia representativa, ampliando o exercício do poder pelo povo. Também exigem a alteração no modo de financiamento das campanhas eleitorais, pela implantação do financiamento público, com a proibição de doações feitas por empresas e a imposição de limites para as doações individuais. Por meio de tais medidas espera-se diminuir, nas eleições, a influência do poder econômico.

Outra questão é a superação do limite imposto ao acesso e à participação de mulheres, negros, jovens e outros segmentos populacionais. O sistema político partidário não se deve tornar restritivo à intervenção política de qualquer cidadão.

Dadas as resistências encontradas no Congresso, o documento indica como o melhor caminho possível, a partir de agora, a mobilização de todos os brasileiros, em cada cidade do País. Especialmente, são convocados a tomar parte nesse movimento os bispos e suas dioceses. É necessário alcançar cerca de 1,5 milhão de assinaturas para que a proposta seja apresentada novamente ao Congresso mas, desta vez, sob a forma de projeto de lei de iniciativa popular. A adesão se dá pelo preenchimento de um formulário de abaixo-assinado impresso e também disponível na Internet.

Créditos

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 05 – Sala 205

30.535-901 - Belo Horizonte – MG

Site: www.pucminas.br/nesp | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim

Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese BH:

Cássio Ferreira Borges - RENSE

Frederico Santana Rick - VEASP

José Zanetti Gonçalves – RENSE

Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

Robson Sávio Reis Souza

Redator:

Claudemir Francisco Alves